



## **CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

### **ATA DA 375ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 E 26 DE JULHO DE 2011**

Aos vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões do Edifício Sede, do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: o Presidente, Geder Luiz Rocha Gomes; 1º Vice- Presidente, Herbert José de Almeida Carneiro; 2ª Vice- Presidente, Valdirene Daufemback, e os demais seguintes membros: Augusto Eduardo de Souza Rossini; Carlos Eduardo Adriano Japiassú; Christine Kampmann Bittencourt; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Luiz Guilherme Mendes de Paiva; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, Suzann Flávia Cordeiro de Lima, bem como os seguintes participantes externos: Carlos Lélío - CONSEJ; Maria Tereza - CONSEJ; Geovane Teotônio de Melo - SERES-PE; Francisco Mota - SOSIPE/PA; José Alfredo - OAB/GO; Dalio Zipin - CONPEN/PR; Carlos Alberto - SGAP/AL; Jackson de Cerqueira - SEAP/BA; Ciorindo Alves de Castro SEJUDH/MT; Samir Carvalho Moysés - SEDJ/MG; Waney Raimundo - CELOOPM - SEJUR/PR; Nestor Duarte Neto - SEAP/BA; Caren Thais Fernandes Coelho - Arquiteta SEJU/PR; Augusto Sérgio - SEJUS-CE. Justificaram a ausência os Conselheiros: Adeildo Nunes; Airton Aloísio Michels; Alvinho Augusto de Sá; Fernando Braga Viggiano; Gisela Maria Bester; José Laurindo de Sousa Netto; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Renato Flávio Marcão. O Presidente do CNPCP iniciou a reunião realizando o empossamento da nova Conselheira - Dra. Suzann Flávia Cordeiro de Lima, passando a palavra à empossada para sua manifestação. Prestaram apoio logístico os servidores Kizio Makicelio e Jussara Isaac Ribeiro. Em seguida o Presidente iniciou as comunicações e proposições, comunicando que em uma reunião de urgência com o Ministro Ihe foi comunicada a participação brasileira em uma reunião organizada pela ONU, que ocorrerá na República Dominicana, em relação ao retorno das discussões sobre a Alteração das Regras Mínimas do Tratamento do Preso, expondo a necessidade da participação de uma delegação brasileira. O Presidente deste Conselho irá compor esta comitiva, havendo um espaço previsto para o Brasil, um painel expondo as experiências com êxitos, em relação às ações de Ressocialização do Preso. Em ato contínuo o Conselheiro Rossini comunicou que em viagem ao México realizou visitas institucionais a duas Unidades Penitenciárias Federais, identificando problemas semelhantes entre os dois países, e informou também que participou da discussão de formação do ICPA Latino Americano, tendo como Presidente o Dr. Patrício Patinho. O Brasil, na condição de membro desta Diretoria, assumiu o compromisso de realizar no ano que vem, em julho, o encontro Latino Americano. Em seguida a Conselheira Christine comunicou que o CNJ determinou que, na qualidade de Presidente do Grupo de Monitoramento no Paraná, no prazo de 30 dias, devesse acompanhar uma Juíza à inspeção na Cadeia Pública de São José dos Pinhais/PR. Em ato contínuo o Conselheiro Rodrigo falou sobre as Faltas Disciplinares nas Unidades Prisionais, solicitando à Secretária do CNPCP que encaminhe o restante dos Regulamentos Penitenciários de todos os Estados, para que se possa relatar e discutir este tema. Em seguida o Presidente do CNPCP solicitou o agendamento de uma reunião com o Dr. Marivaldo, da SAL, por haver vários projetos do CNPCP parados. Em seguida a Conselheira Suzann propôs que se retome a pesquisa na área de Tecnologia e Arquitetura Prisional, ressaltando que os Estatutos Penitenciários de cada Estado irão impactar diretamente na Arquitetura Prisional dos Estados. Em seguida abriu-se espaço para a apresentação do Relatório de Inspeção realizada no Conjunto Penal de Serrinha/BA, pelas Conselheiras Gisela Maria Bester e Valdirene Daufemback, no dia 16 de maio último, motivada por um prévio Relatório de Denúncias encaminhado pela Pastoral Carcerária. Foi dado por aprovado, após algumas alterações propostas pelo Conselho. Em seguida a Dra. Maria Uille Gomes, na condição de Secretária de Estado de Justiça do Estado do Paraná, apresentou o tema Novas Diretrizes para Construção dos Estabelecimentos Penais, expondo a proposição do Conselho de Secretários ao CNPCP, que é em relação à Alteração das Diretrizes para Construção, Ampliação e Reforma dos Estabelecimentos Penais, solicitando a formação de uma comissão mista, com a participação do CONSEJ e do DEPEN, para as revisões das diretrizes. Em seguida o Presidente do CNPCP deliberou a formação desta Comissão, para discutir as Novas Diretrizes para

Construção dos Estabelecimentos Penais, composta pelos seguintes membros: Dr. Fernando, Dra. Valdirene, Dra. Suzann, Dr. Rossini, Dr. Cabana, Dr. Carlos Mariaggi, Dra. Maria Tereza, Dr. Edlson e Dr. Ângelo, sendo feita uma Portaria designando técnicos das áreas variadas, com o objetivo de dar subsídios aos membros desta Comissão, que se reunirão no dia 15 de Agosto, no âmbito do Ministério da Justiça, com apresentação e deliberação para a próxima reunião, que será realizada no Rio de Janeiro. Em seguida o Dr. Maurício Kuehne comunicou que a partir do dia 3 de agosto irá dirigir o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná. O Dr. Carlos Lélío solicitou ao CNPCP que se discuta a questão da Gestão Prisional dos Recursos Humanos, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida o Conselheiro Erivaldo comunicou sobre a questão de Brasileiros Presos no Exterior, que foi objeto de uma publicação na revista Isto É. Por ser um assunto complexo, o Conselheiro solicitou uma reunião com o Departamento de Estrangeiros, do Ministério da Justiça; já o Conselheiro Japiassú sugeriu que se convide algum representante do Ministério das Relações Exteriores, ficando decidido que será feito um ofício ao MRE, acerca dos dados relativos à quantidade de presos brasileiros no Exterior, enviando também um convite à Chefia do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça para fazerem-se presentes na reunião de Setembro, em Brasília. Em seguida o Conselheiro Erivaldo apresentou a proposta de reativação da Comissão de Direito do Voto ao Preso, sendo encaminhado um ofício ao Presidente do TSE e ao Ministro, solicitando que se retomem os trabalhos relativos a este tema, em virtude da Eleição Municipal de 2012. Após, o Conselheiro Japiassú propôs que na Audiência Pública, a ser realizada no Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Artur Gueirros possa realizar uma fala ao Conselho, abordando o tema Transferência de Presos. Em seguida o Conselheiro Erivaldo comunicou que em relação ao tema Apresentação do Preso em Flagrante ao Juízo, a Minuta de PEC será apresentada na Câmara, pelo Deputado Domingos Dutra, e no Senado, pelo Senador Aécio. Em seguida o Conselheiro Rossini propôs, em relação ao mesmo tema, que fosse feito um encaminhamento para a SAL, como uma Menção de Apoio, se já houver proposta semelhante, ou de iniciativa, se ainda não houver. Proposta aceita pelo Conselho. O Conselheiro Rodrigo propôs para acrescer à referida minuta, que a apresentação do Preso em Flagrante também se dê ao Advogado ou ao Defensor Público, comprometendo-se a enviar a redação proposta ao Conselheiro Erivaldo. Tal minuta será encaminhada após alteração proposta pelo Conselheiro Rodrigo. Em seguida o Presidente do CNPCP comunicou que o Seminário Nacional será realizado nos dias 29 e 30 de Novembro, no Estado de São Paulo, com colaboração do MP, abrindo espaço para as sugestões de temas para o evento. O Presidente propôs o tema das Novas Medidas Cautelares. A Conselheira Valdirene propôs o tema dos Presos Estrangeiros, sobre Recambiamento, Transferência e Quantidade de Presos Estrangeiros no Brasil, e Arquitetura Prisional - Modelo de Gestão. O Conselheiro Rossini propôs o tema Monitoramento Eletrônico. O Conselheiro Herbert sugeriu o tema de Remissão por Estudo e Ensino à Distância. A Conselheira Valdirene propôs a Política de Integração do Egresso. O Conselheiro Rodrigo sugeriu o tema Medidas de Segurança. Em ato contínuo o Conselheiro Luiz Guilherme propôs que se convide, para o Seminário Nacional, o ex-Conselheiro Pierpaolo Bottini. Em seguida o Conselheiro Rossini propôs que seja encaminhado um ofício ao MP, para garantir os dias do Seminário. O Conselheiro Luiz Guilherme propôs o tema sobre drogas. Em seguida o Presidente do Conselho comunicou o cronograma para o Seminário Nacional do CNPCP: na segunda-feira pela manhã será realizada a pauta normal da reunião; o Seminário terá início à tarde, estendendo-se a dois turnos, com pausa às dezoito horas, finalizando às vinte e uma horas, tendo o dia seguinte pela manhã até o começo da tarde para finalizarem-se os trabalhos, com participação de 300 pessoas, abrindo-se espaço para apresentação do Relatório de Inspeção no Estado de São Paulo, realizado pelos Conselheiros Herbert e Japiassú. Dado por aprovado após alterações propostas pelo Conselho. Em seguida o Conselheiro Japiassú comunicou que retornou o Processo das Escolas Penitenciárias. Em ato contínuo o Conselheiro Luiz Guilherme propôs que se encaminhe este Processo primeiro ao DEPEN, encaminhando imediatamente um ofício ao Ministro, dizendo que o processo foi ao DEPEN. Em seguida a Conselheira Valdirene propôs que se republique a proposta da Escola Penitenciária, que só será enviada ao Ministro após a republicação. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000054/2011-21 Assunto: Trata-se de uma petição, a qual relata a restrição do exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos indivíduos, aqui narrados na inicial recolhidos na Penitenciária Federal de Campo Grande. Parecer do Conselheiro Rodrigo Duque Estrada sugere: que oficie ao Diretor da Penitenciária Federal de Campo Grande solicitando informações quanto aos fatos narrados na inicial, a qual relata cerceamento dos direitos e garantias fundamentais. Aprovado, à unanimidade. 2) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000204/2009-81 Assunto: Cópia dos autos nº 2008/11552, em trâmite na Comissão de

Direitos Humanos, pelo qual noticia a violação a Direitos Humanos. Parecer do Conselheiro Rodrigo Duque Estrada sugere: Que remeta cópia integral dos autos ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Ordem dos Advogados do Brasil para conhecimento. Aprovado, à unanimidade. 3) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000125/2010-12 Assunto: Relatório de Inspeção realizada por este Conselho na Cadeia Pública da Cidade de Nerópolis/Goiás. Parecer do Conselheiro Rodrigo Duque Estrada sugere: Que oficie à Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás solicitando esclarecimentos sobre o relatório do Conselho Penitenciário. Que oficie ao Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás para que informe a este Conselho quais as providências adotadas pela Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás. Aprovado, à unanimidade. O Presidente Geder Gomes encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Roberto Dias de Sousa, e revisada pela Conselheira Gisela Bester.

GEDER LUIZ ROCHA GOMES  
Presidente do Conselho

Publicado no DOU Nº 213, segunda-feira, 07 de novembro de 2011, Seção 1, página 90 e 91.